

## Que bloco é esse: reflexões sobre o racismo no carnaval de Salvador nas últimas décadas (1999-2022)

What block is this: reflections on racism in the carnival of Salvador in the last decades (1999-2022)

**Davi Miguel Souza Santos**  
Graduando em História  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
dmiguel947@gmail.com

**Recebido em:** 26/08/2022

**Aprovado em:** 02/11/2022

**Resumo:** O artigo trata do racismo no carnaval de Salvador e tem por objetivo uma análise da CEI- Comissão Especial de Inquérito do Racismo (1999), instaurada pela Câmara Municipal de Salvador para a investigação de denúncias sobre a criação de barreiras raciais para a exclusão de foliões negros dos blocos de trio particulares. A instigação para a pesquisa nasceu da minha percepção de racismo ao participar da festa, e tem seus resultados perseguidos através do cotejamento entre as fontes jornalísticas, que expõe os desdobramentos da CEI, com a obra referencial de autores como: Guerreiro (2010), Miguez (1999), Moura (1996)(2001) e Santanna (2009) que versaram sobre o carnaval de Salvador e suas contradições. O presente texto também pretende servir de crítica à clássica tese de DaMatta (1997) de que a festa de carnaval no Brasil seria igualitária e racialmente harmônica. Por fim, reflete sobre os resultados da CEI do racismo para os carnavais posteriores que, apesar de não se configurarem enquanto medidas radicais, chamaram a atenção das autoridades e da sociedade civil para os problemas raciais no carnaval.

**Palavras-chave:** Carnaval; Salvador; Racismo.

**Resumen/Abstract:** The article soci with society in Salvador's carnival and aims to analyze the CEI- Special Commission for the Inquiry of Racism (1999), established by the Salvador City Council to investigate complaints about the creation of racial barriers to the exclusion of black revelers from the trio blocks. Private. The instigation for the research was born from my perception of 433ociety 433oci participating in the party, and its results are pursued through the comparison between journalistic sources, which exposes the developments of the CEI, with the reference work of authors such as: Guerreiro (2010), Miguez (1999), Moura (1996)(2001) and Santanna (2009) which dealt with Salvador's carnival and its contradictions. The society's text also intends to criticize the classic thesis by DaMatta (1997) that the carnival party in Brazil would be egalitarian and racially harmonious. Finally, it reflects on the results of the CEI of society for later carnivals that, despite not being configured as radical measures, soci the attention of authorities and civil society to racial problems in carnival.

**Palabras clave/Keywords:** Carnival; Salvador; Racism.

## Introdução

São Salvador da Bahia de Todos os Santos, como um dia foi chamada a capital baiana, Salvador, “era a maior cidade europeia fora da Europa e a maior cidade africana fora da África” (MOURA, 1996, p. 120). Além disso, ficou conhecida por ser um lugar cuja identidade era relacionada aos festejos. Sobretudo, aqueles religiosos, festejos e devoções “afro-católicas” (COUTO, 2015), que começaram a se estruturar nos séculos coloniais e, chegam aos dias de hoje com um caráter indivisível entre o sagrado e o profano. Mas, dentre os tantos festejos irretocáveis do calendário baiano, há aquele que sintetiza o chamado “b-a-ba da Bahia”<sup>1</sup> (FERNANDO, 1983), que é a “grande festa dos baianos” (MOURA, 1996, p. 176), por vezes, considerado o resumo da baianidade. Estou me referindo ao Carnaval de Salvador, essa festa, que antes de ser apenas um negócio, é sustentada por um conjunto de signos, ritos, mitos e sons baianos.

Entre os ritos, o de frequentar a festa enquanto folião pipoca, no meio da massa, fora das cordas e dos camarotes, talvez seja o mais inquietante para mim, na medida em que estimula o questionamento sobre as diferentes formas de viver e experimentar essa festa. Rememoro uma experiência vivida na pipoca do Bloco dos Mascarados, no Circuito Dodô<sup>2</sup>, comandado pela cantora de “afropop”<sup>3</sup> brasileiro Margareth Menezes. Na ocasião, observei como a artista conseguia, sem cordas, atrair os foliões de várias classes sociais, sexualidades, gêneros e cores, num mar de gente, num calor humano interracial que parecia até esconder, nem que fosse por algumas horas, os problemas nas relações raciais do Brasil. Vale lembrar que existe, de fato, uma tese de que a festa de carnaval inverte as hierarquias hegemônicas e cotidianas da sociedade, tornando relações hierárquicas mais igualitárias, ainda que por instantes passageiros. Tal tese consideraria o carnaval brasileiro favorável às boas relações raciais, por ser uma festa inclusiva, aberta e democrática, em que os negros estariam em posição privilegiada (DAMATTA, 1997). O antropólogo Roberto DaMatta em seu estudo, ao comparar o carnaval do Brasil com o dos Estados Unidos, transpõe sua tese sobre as relações raciais na festa nacional:

---

<sup>1</sup> Trecho da canção de frevo *Banbo de Cheiro*, gravado em 1983 pela cantora paraibana Elba Ramalho, de autoria do artista pernambucano Carlos Fernando que a compôs após visitar o carnaval de Salvador.

<sup>2</sup> Circuito da festa que compreende o trecho da orla que liga o bairro da Barra ao de Ondina.

<sup>3</sup> Termo assumido por Margareth Menezes desde 1992, e refere-se à maneira como a crítica internacional conceituou o som feito por ela. Segundo a cantora, o ritmo seria uma fusão do rock com ritmos afro-brasileiros (MENEZES, 2016).

Os carnavais dos dois países parecem confirmar tudo que tem sido dito sobre eles na perspectiva comparativa, só que neste caso, como no das relações raciais, a vantagem parece estar com o Brasil. Pois, o carnaval verdadeiramente inclusivista, aberto e “democrático” seria o brasileiro; o aristocratizante, exclusivista e discriminatório seria o americano. De fato, a questão fundamental parece ser a seguinte: *como é possível ter um carnaval aristocrático numa sociedade igualitária e ter – no caso brasileiro – precisamente o inverso, ou seja: um carnaval igualitário, numa sociedade hierarquizada e autoritária?* (DAMATTA, 1997, p. 169).

Esse artigo tem por um dos objetivos dialogar criticamente com tal tese. Na medida em que sigo na pipoca, naquele mesmo carnaval, fui constatando outras formas de vivenciar a festa. Por exemplo, certa comodidade e exclusividade eram conferidas pelo acesso privilegiado a espaços da festa diante pagamento para associações como, os Blocos de Trio e os Camarotes. Com grandes patrocínios, tais espaços também operavam uma segregação social e racial na festa. Para mim, bastava olhar o panorama de cores dos frequentadores dos espaços “exclusivos” majoritariamente brancos. A segurança e comodidade dessas pessoas brancas na festividade eram garantidas por cordeiros, seguranças, catadores de latinhas e vendedores, em sua maioria trabalhadores negros. Enquanto homem negro, valendo-me da intersecção entre condição social e racial, comecei a questionar a aparente “democracia racial”<sup>4</sup> do carnaval.

Certo tempo depois dessa minha vivência de carnaval, deparei-me com outros questionamentos acerca do caráter igualitário dessa festa, dessa vez, na forma de denúncias oficializadas de racismo no Carnaval de Salvador. Aqui, focarei minhas análises, particularmente, nos casos deflagrados em 1999, ano em que se criou uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) na Câmara Municipal de Salvador para investigação dessas denúncias.

Aos objetivos deste texto, importa, mais pontualmente, compreender os desdobramentos da comissão que investigou as denúncias de racismo no carnaval de Salvador, tendo a imprensa impressa, entendida aqui como agente fomentador de opinião pública<sup>5</sup>, como principal fonte para chegar aos meandros do caso, seus principais agentes e as múltiplas narrativas construídas no entorno dos acontecimentos naquele ano. O objetivo é compreender se os desdobramentos da Comissão Especial de Inquérito, no final do século XX, apoiam ou não as minhas percepções de que o carnaval não pode

---

<sup>4</sup> O conceito refere-se à suposta harmonia racial contida na festa de carnaval.

<sup>5</sup> Na medida em que tem a prerrogativa de divulgar uma narrativa oficializada.

ser compreendido na chave proposta por autores como DaMatta. O inquérito em questão verificou ou não a existência de racismo no carnaval de Salvador?

O presente estudo pretende se enquadrar no campo de estudos da História social da Cultura, levando em conta as relações sociais e raciais no carnaval, bem como a agência da indústria cultural baiana na festa e, ao dialogar com experiências autorais, também sem apresenta enquanto um estudo de “ego-história”. Aqui, dois veículos de imprensa foram agenciados enquanto fonte para a pesquisa. Em primeiro plano, fiz uso dos arquivos do jornal *Tribuna da Bahia* e, de forma secundária, do editorial *A Tarde*. As edições da *Tribuna da Bahia* cobriram o caso de forma mais precisa e detalhada, por esse motivo minha análise será mais centrada nele. Temporalmente, decidi por empregar uma metodologia qualitativa que enquadrou os fatos estudados em três espaços temporais: o primeiro, que compreende o mês de fevereiro de 1999, debruça-se sobre as primeiras notícias das denúncias de casos de racismo no carnaval de Salvador. O segundo, que se inicia no final de fevereiro e vai até o final do mês de dezembro de 1999, perpassa desde a instauração da CEI (para investigação das denúncias de racismo) até a aprovação do relatório e as discussões que surgiram acerca dessa aprovação. O terceiro, que compreende os meses de janeiro e fevereiro de 2000, versa sobre os principais impactos que a CEI do Racismo teria para o Carnaval de Salvador. Para completar minhas reflexões, apresento também um diálogo com a obra de intelectuais como Guerreiro (2010), Miguez (1999), Moura (1996)(2001) e Santana (2009), que ajudam a pensar acerca das contradições raciais que perpassam, historicamente, o carnaval de Salvador.

### **Acusações de racismo no carnaval**

Em 10 de fevereiro de 1999, o jornal *Tribuna da Bahia* repercutiu a matéria feita pelo jornalista Maurício Kubrusly, veiculada no programa "Fantástico" da Rede Globo, em 07 de fevereiro de 1999. O tema das discussões era a discriminação racial no carnaval de Salvador. Detalhe curioso sobre a matéria é que, em dado trecho, destaca-se que os preconceitos raciais nos blocos “não eram nenhuma novidade para ninguém”, essa afirmação sugere que as práticas discriminatórias nos blocos carnavalescos eram comuns na organização da festa e de conhecimento de toda a sociedade.

Em 11 de fevereiro de 1999, o Instituto Nelson Mandela, presidido à época pelo advogado Gilberto Ramos Ribeiro, incentivou um boicote aos blocos de trio de carnaval acusados de racismo. “Camelão”, “Nú Outro Eva”, “Cheiro de Amor” e “É O Tchan” estavam entre os blocos mencionados no pedido. Além desses, àquela altura, já haviam denúncias também aos blocos “A

Barca”, “Eva”, “Pinel” e “Beijo”, todos pela prática de seleção baseada na busca de “pessoas de boa aparência” para a composição dos blocos. A antropóloga Goli Guerreiro detalhou como ocorria tal prática em sua obra sobre o carnaval de Salvador, como fica elucidado na seguinte passagem:

Esses blocos têm sido sistematicamente acusados de práticas racistas. A tez clara da maioria dos integrantes de blocos de trio acaba funcionando como um dos critérios de seleção de associados. No momento da compra do carnê (para quem vai pagar à prestação) ou do abadá, o candidato a associado tem que apresentar foto e comprovante de residência. Dessa forma, o bloco tem condição de mapear tanto a aparência do folião, como o poder aquisitivo, indicado pelo bairro da moradia. De fato, a presença de pessoas negras em determinados blocos é muito rara (GUERREIRO, 2010, p. 127).

Guerreiro (2010, p.127) afirma ainda que esses blocos, popularmente conhecidos como “blocos de barão”, constituíam “espaços de brancos”. As pessoas negras que tentavam adentrar nesses espaços esbarravam nos “critérios” de seleção impostos pelos gestores do negócio. Em 11 e 13 de fevereiro de 1999, o jornal *A Tarde* veiculou denúncias de mulheres negras rejeitadas no momento de se associarem aos blocos “A Barca” e “Pinel”. Uma das denunciantes, estudante universitária e residente de um bairro popular de Salvador, teve sua proposta de associação ao bloco “A Barca” rejeitada com a justificativa de que o seu ingresso iria “sujar’ o bloco”<sup>6</sup>, nas palavras de um dos diretores do bloco. Os critérios para a admissão de novos associados fora exposto no relato de uma moça que teve a sua proposta aceita, mas que ainda assim precisou passar por outra etapa, a qual teve avaliada a sua “estética racial”<sup>7</sup>. Em fevereiro de 1999, essa mesma moça relatou: “Alguém que parecia ser o diretor do bloco saiu da sala e disse que podiam aprovar nossas inscrições porque éramos bonitinhas e que a cor da pele passava” (PINEL, 1999). Tal relato, que não foi comentado pela administração do Bloco, expõe questões de “passabilidade”<sup>8</sup> e abre espaço para as discussões de “colorismo”<sup>9</sup> na cidade de Salvador, já que a moça do relato foi considerada como detentora de um tom de pele que possibilitou a inserção dela em espaços embranquecidos, diferente da estudante

---

<sup>6</sup> BOMFIM, José. Bloco A Barca é acusado por prática de racismo. **A Tarde**. Salvador, 11 fev. de 1999.

<sup>7</sup> PINEL é novamente acusado de racismo. **A Tarde**. Salvador, 13 fev. de 1999.

<sup>8</sup> Passabilidade, nesse contexto, significa que uma pessoa pode ser “tolerada” ou “lida” como semelhante por um grupo racial diferente do que se é na verdade. Condição comumente destinada à sujeitos de pele parda, que, por vezes, tem uma identidade racial confusa.

<sup>9</sup> O conceito apareceu pela primeira vez nos Estados Unidos em 1982 através da conceituação da escritora Alice Walker. “De maneira simplificada, o termo quer dizer que, quanto mais pigmentada uma pessoa, mais exclusão e discriminação essa pessoa irá sofrer.” (GELEDÉS, 2015).

universitária, que apareceu com foto no jornal, detentora de uma tez escura o suficiente para não ter sido “aprovada” pelo bloco, configurando-se, assim, enquanto uma “sujaria” a imagem do mesmo.

Em seu pedido de boicote, Gilberto Ramos Ribeiro pretendia, em nome do Instituto Nelson Mandela, contar com toda a população negra para deixar de se associar aos blocos acusados de racismo. Não só os foliões, como também com “todos que lutam contra o racismo, principalmente os que prestam serviços como cordeiros e seguranças. Além de motoristas, cantores, equipe técnica de som e de iluminação, compositores e policiais negros.” (RIBEIRO, 1999)<sup>10</sup>. Percebe-se que Ribeiro estimulava um boicote dos prestadores de serviços, das forças armadas e até mesmo dos artistas negros que trabalhavam para os blocos. Se esse boicote tivesse se concretizado talvez não resolvesse os problemas referentes às acusações de práticas racistas, mas, com certeza, desestabilizaria a execução da festa. Além do estímulo ao boicote, o diretor do Instituto Nelson Mandela foi além em seu manifesto e apontou que a falta de negros nos Tribunais Superiores era o que dificultava a aplicação da lei contra o racismo de forma severa, num momento onde já se somavam mais de 30 denúncias formais de racismo encaminhadas ao Ministério Público relacionadas ao carnaval.<sup>11</sup>

A emergência dessas denúncias de racismo mobilizou diversos setores da sociedade, com a criação de um “Movimento Contra o Racismo no Carnaval de Salvador”, entidade que distribuiu panfletos em defesa da apuração das denúncias de exclusão de negros nos blocos. Além disso, esse movimento chamou a atenção para a contradição contida no fato dos seguranças desses blocos acusados de racismo serem eles mesmos negros, em sua maioria.<sup>12</sup>

Naquele momento, já havia uma mobilização também dentre os setores políticos, que se mostrava suprapartidária, pressionando para que essas denúncias fossem investigadas pelos órgãos competentes. O vereador Juca Ferreira (PV), que teve grande engajamento nos desdobramentos do caso, declarou, em 22 de fevereiro de 1999, ao jornal *Tribuna da Bahia* que:

Se por um lado ficou evidenciada a força da negritude no Carnaval da Bahia, por outro ficou patente a prática de racismo. Diversas pessoas foram impedidas de desfilar nos blocos que desejavam em razão da cor da pele. Estamos em contato com as entidades representativas da comunidade negra para que uma ação conjunta seja tomada (FERREIRA, 1999).<sup>13</sup>

---

<sup>10</sup> INSTITUTO sugere boicote contra blocos “racistas”. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 11 de fev. de 1999.

<sup>11</sup> NEGROS pregam boicote contra blocos racistas. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 12 de fev. de 1999.

<sup>12</sup> UM LIBELO contra o racismo. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 17 de fev. de 1999.

<sup>13</sup> VEREADORES pedem investigação sobre o racismo no carnaval. **Tribuna da Bahia**. 22 de fev. de 1999.

Ferreira traça, em sua fala, o diálogo com os setores sociais de militância negra e se coloca enquanto um apoiador atuante contra o racismo no carnaval, crime que, nesse momento, antes mesmo do início das investigações, já parecia se manifestar enquanto uma certeza para ele. Os vereadores Antônio Lima (PTB), Alcindo da Anunciação (PPB), Daniel Almeida (PCdoB), João Bacelar (PFL), Valdenor Cardoso (PSDB) e Paulo Anunciação (PT) formaram a “Comissão Antirracista” na Câmara Municipal de Salvador, que acompanhou as investigações junto ao Ministério Público.<sup>14</sup>

### **Desdobramentos da CEI do Racismo no carnaval**

Durante o mês de abril de 1999, ocorriam debates semanais, às quartas, promovidos pela Comissão Especial de Inquérito (CEI do Racismo) para discutir sobre o racismo no carnaval. Tratavam-se de encontros abertos que contavam com a participação de diferentes setores: vereadores, intelectuais, acadêmicos ligados às universidades e produtores culturais, como donos de Blocos, de gravadoras e comunicólogos. Estiveram engajados nessas discussões até mesmo donos ou lideranças de Blocos que estavam sob acusação de práticas racistas, como foi o caso de Ricardo Martins, que há época dirigia o “Nu Outro Eva”. Durante às segundas-feiras, ocorriam as reuniões privadas da CEI com apenas os 11 vereadores que a compunham.<sup>15</sup>

Um dos vereadores mais atuantes nas discussões sobre o racismo no carnaval, naquele período, era Juca Ferreira. Ele afirmou que as práticas racistas na festa estavam para além daquelas manifestadas pelos Blocos, estariam presentes também na organização do carnaval, que priorizava os foliões que desfilavam nos setores pagos da festa, como nos Blocos de Trio e nos camarotes, em detrimento dos trabalhadores e das pipocas<sup>16</sup>. Ao mesmo tempo em que ocorriam essas reuniões abertas e fechadas na CEI do racismo, ocorreriam também os depoimentos dos denunciantes das práticas racistas: em sua maioria, jovens negros soteropolitanos.

Os debates da CEI do Racismo atravessaram o campo da política formal e afetaram outros setores, como o universitário. Naquele mesmo ano, enquanto ainda se desdobrava o caso, a

---

<sup>14</sup> ANTIRACISTA I. **A Tarde**. 28 de fev de 1999.

<sup>15</sup> COMISSÃO do racismo debate a economia do Carnaval. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 14 de abr. de 1999.

<sup>16</sup> “Pipocas” são os foliões que brincam a festa nas ruas, de forma gratuita, sem associação com Blocos ou Camarotes.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) em parceria com a Comissão da Câmara Municipal de Salvador, desenvolveu o seminário “Carnaval e Relações Étnicas em Salvador”. O evento teve como objetivo traçar um diálogo entre o que era produzido pelo campo universitário sobre o tema com o que estava sendo debatido na CEI do Racismo e levar isso para o debate público na cidade de Salvador. Outro exemplo da capilaridade alcançada pelos debates da CEI é a presença de um prelado católico numa das reuniões abertas da comissão, o Bispo Dom Gílio Felício incentivou a luta antirracista em seus discursos naquele momento. Interessante observar que o Bispo, um homem negro, já era engajado nas causas da negritude anteriormente, como na fundação da Pastoral Afro-brasileira da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e de outros movimentos católicos antirracistas na cidade de Salvador.

Três meses após o início da redação do relatório final da CEI do Racismo, o texto foi aprovado pela maioria da Câmara, mas, não sem controvérsias e discordâncias. O texto votado não contou com a aprovação do presidente da comissão, Juca Ferreira, e nem dos vereadores que compunham a oposição na Câmara. Tal atitude foi vista enquanto um golpe dado por Bacelar e seus aliados. O vereador João Carlos Bacelar foi o relator do documento e justificou a convocação repentina da reunião com base na escassez de tempo, ele afirmou que a Câmara entraria em recesso e o prazo da CEI havia se encerrado, seguiu com a justificativa de que o presidente da comissão havia viajado e os outros vereadores não haviam sido encontrados. Juca Ferreira não acreditou nas desculpas de Bacelar e levantou outros questionamentos, surgidos a partir da constatação de que o texto aprovado foi redigido por Bacelar em conjunto com Ricardo Martins, o presidente da Associação Baiana dos Blocos de Trio. Tal fato explicaria a mudança de narrativa do texto que estava sendo confeccionado pela presidência e relatoria. Ferreira fechou a discussão reproduzida na matéria de jornal questionando quais motivações teriam levado Bacelar a se render subitamente aos interesses empresariais.<sup>17</sup>

O relatório redigido por João Carlos Bacelar e Ricardo Martins indicou que apenas o bloco “A Barca” era culpado por racismo, isentando assim todos os outros Blocos da acusação. Segundo o relator, haveria a cassação de alvará e o fechamento da empresa condenada, o que serviria de exemplo para os outros Blocos soteropolitanos.<sup>18</sup> Após o fechamento do texto da CEI, ele foi encaminhado ao Ministério Público. O relatório em questão foi duramente criticado pela oposição na Câmara, que se

---

<sup>17</sup> RELATÓRIO CEI do Racismo causa polêmica na Câmara. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 05 de jul. de 1999.

<sup>18</sup> RACISMO é prática alelopática do ser humano. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 24 de dez. de 1999.



sentia excluída da votação, e por setores ativistas. O presidente da CEI, Juca Ferreira, afirmou que o resultado da comissão deu em pizza:

No plano legislativo, a CPI<sup>19</sup> acabou em pizza, pois o relatório final foi muito alterado, e a Câmara não se comprometeu a fundo com os resultados das investigações e com as mudanças que se revelaram necessárias para acabar com privilégios e exclusões no Carnaval (FERREIRA, 1999).<sup>20</sup>

Além disso, Ferreira afirmou que a repercussão pública do trabalho da comissão, traria impactos significativos para o carnaval de Salvador. Entidades negras como o MNU<sup>21</sup>, Unegro<sup>22</sup> e o Niger Okan<sup>23</sup>, e intelectuais engajados com a luta antirracista também se manifestaram insatisfeitos com o resultado. Em entrevista ao *Tribuna da Bahia*, o economista Roberto Rodrigues Evangelista, expressando sua insatisfação, afirmou que:

A Câmara Municipal de Salvador, através de uma Comissão Especial de Inquérito, está chegando ao fim dos trabalhos de apuração das denúncias de racismo no carnaval, lamentavelmente, a unanimidade que determinou a criação da CEI não está prevalecendo na conclusão do Relatório. Isso é preocupante porque as práticas de racismo no carnaval são óbvias e corriqueiras, a novidade é que tornou-se assunto do noticiário nacional (EVANGELISTA, 1999).<sup>24</sup>

Também expressando a sua indignação, a ativista Olívia Santana pronunciou-se sobre o caso, questionando a atuação dos vereadores negros da cidade na aprovação do relatório final da CEI do Racismo:

Achei tudo isso lamentável, uma vez que esta seria a oportunidade da Câmara mostrar ao mundo a sua democracia racial, no entanto - chamou a atenção - estão todos, a partir de agora desautorizados a falar sobre o interesse do negro (SANTANA, 1999).<sup>25</sup>

---

<sup>19</sup> Apesar de Ferreira chamar a comissão de CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), ela é uma CEI (Comissão Especial de Inquérito), pois a CPI é uma comissão feita pelo Parlamento.

<sup>20</sup> INVESTIGAÇÃO pela Câmara deu em pizza. **A Tarde**. Salvador, 24 de dez. de 1999.

<sup>21</sup> O Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização pioneira de luta antirracista no Brasil. Lançada em São Paulo, ela está em ação desde 1978.

<sup>22</sup> A União de Negros pela Igualdade (Unegro) é uma entidade de luta do povo negro contra o racismo, sexismo, homofobia, intolerância e racismo religioso, fundada em 1988, em Salvador.

<sup>23</sup> O Núcleo Cultural Niger Okan é uma entidade política que nasceu no bloco afro Malê Debalê, em 1974.

<sup>24</sup> RACISMO no Carnaval da Bahia. **Tribuna da Bahia**. 24 de jul. de 1999.

<sup>25</sup> RESULTADO da CEI frustra a negritude. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 20 de ago. de 1999.

Os intelectuais Antônio Risério e Paulo Miguez, que redigiram a primeira versão do relatório da CEI do Racismo, foram categóricos na afirmação sobre o racismo no carnaval. Além disso, os autores elucidaram a grande contradição condita no fato da discriminação recair sobre a população negra, essa que seria a base intelectual e braçal da festa. Nesse sentido, eles afirmaram:

Temos, sim, discriminação racial no carnaval baiano. O que é especialmente grave, já que o que se discrimina, nesse caso, é uma população negro-mestiça que inventou e reinventou a nossa festa: para si mesma, para a cidade, para todos nós (MIGUEZ; RISÉRIO, 1999 apud GOLI, 2010, p. 130).

Sinalizando no mesmo sentido, estava o produtor cultural Zulu Araújo quando afirmou que:

Se o carnaval existe, dá lucro e é sucesso, é porque ele tem, e isto ninguém pode negar, marca forte e indelével da enorme contribuição que a comunidade e a cultura negra vem dando a esta cidade há 450 anos. É do som dos seus atabaques e tambores, da voz dos seus “gritos” e do movimento dos seus corpos que muitos sucessos foram gestados e desenvolvidos para o deleite do público. (...) Portanto, excluir, seja de que forma for, a presença desta cultura ou daqueles que a representam do carnaval de Salvador é mais que um crime, é um assassinato cultural. E isto a Câmara Municipal de Salvador, se quiser continuar sendo digna da representação deste povo, jamais poderá admitir (ARAÚJO, 1999).<sup>26</sup>

Em algumas dessas falas, a manifestação do racismo no carnaval é entendida enquanto uma grande contradição, levando em conta o que foi posto acima, que o moderno carnaval de Salvador foi pensado e sustentado pela população negra e sua cultura. Nesse sentido, em diálogo com DaMatta, é possível compreender e questionar o suposto caráter igualitário do carnaval brasileiro. As afirmações de Araújo, Risério e Miguez, por exemplo, reforçam as minhas percepções e transparecem a desigualdade racial da sociedade brasileira reproduzida no carnaval.

### **Reafricanização do carnaval e suas contradições**

Essa tal “reinvenção” protagonizada pelo povo afro-brasileiro, pode ser entendida nos limites do que Risério (1981) chamou de “reafricanização”, processo esse datado da década de 70:

Recolocar, tal como acontecera na passagem do século nos primeiros carnavais, a presença ativa de organizações negromestiças e de um respectivo repertório estético-político de matriz afro-baiana. Emergem então os blocos afro e ressurgem os afoxés, substituindo os blocos de índio – que embora dramatizassem a posição dos negros

---

<sup>26</sup> O RACISMO existe e precisa ser combatido. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 24 de jul. de 1999.

do ponto de vista sócio-racial, não chegavam a recorrer a expressões culturais de origens africanas – até então predominantes junto à comunidade negromestiça de Salvador (MIGUEZ, 1999, p.167).

Blocos afro e afoxés, como o Ilê Aiyê e o Filhos de Gandhi, foram muito importantes nesse processo, mobilizando e reinventando o que Moura (2001) chama, simplesmente, de “afro”:

Assim, entendo o afro como vetor estético que alcançou visibilidade em Salvador no início dos anos setenta, no qual a Negritude aparece associada à beleza, à força, ao brilho, ao prazer e à novidade. Por um lado, a força do afro repousa sobre o lastro da tradição do candomblé, sendo também cumulativo com relação a outros vetores, como aquele que se configurou nos blocos de índio. As batucadas ou bandas costumam preceder historicamente os blocos que as adotam ou contratam. Além disso, a plasticidade admirável de seus padrões rítmicos lhes faculta a adaptação aos modelos sucessivos de blocos. Por outro lado, o afro realiza uma descontinuidade na história da música e do Carnaval em Salvador (MOURA, 2001, p. 207).

Assim, a reafricanização do carnaval baiano contém o conceito de “afro” em seu núcleo. A passagem de Moura elucida também o caráter adaptativo das sonoridades afro, tendo essas o potencial para estarem em diferentes modalidades de blocos, sejam eles afro ou de trio. É essa característica que possibilita a fusão de tais ritmos com outros também praticados no carnaval, a exemplo do frevo. Nesse processo, emerge a Axé Music, a qual Moura (2001, p. 215) conceitua enquanto “a interface de repertório musical e coreográfico que se desenvolveu basicamente a partir do encontro entre a tradição do trio elétrico e o evento do afro”, não sendo então a *axé music* um ritmo musical e sim uma interface, uma espécie de alcunha mercadológica. Guerreiro (2010) vai além e, diz respeito aos objetivos do presente estudo, afirma:

A axé-music é o encontro da música dos blocos de trio com a música dos blocos afro (frevo baiano + samba-reggae). É um estilo mestiço, cuja linguagem mistura sonoridades harmônicas e percussivas. Tal mescla foi concebida inicialmente pelas bandas de trio, atraídas pela visibilidade e inovação musical do samba-reggae (GUERREIRO, 2010, p. 133).

Segundo a autora, foram as bandas de trio que primeiro mesclam esses ritmos distintos no sentido de capitalizar a produção afro ao seu favor, indo além da reinvenção em algo novo e trazendo a produção dos Blocos Afro para o repertório dos Blocos de Trio, como fica posto na seguinte passagem da antropóloga:

Além do encontro das sonoridades percussivas e harmônicas, os blocos de trio gravaram as canções dos blocos afro, carregadas de conteúdos antirracistas, produzindo uma espécie de samba-reggae pop/eletrônico (GUERREIRO, 2010, p. 133).

Todo esse mecanismo revela uma forte contradição, contida na existência de racismo no acesso de pessoas negras aos espaços desses Blocos de Trio. Os mecanismos de “cooptação” da festa por pessoas brancas (principalmente, empresários e consumidores) ajudou na ascensão midiática e financeira de algumas bandas afro, como o Olodum e o Ara Ketu. Contudo, as cifras alcançadas por essas bandas e artistas ainda é baixa se comparada àquelas alçadas por bandas e intérpretes brancos-mestiços como a da cantora baiana Daniela Mercury. Essa própria diferença mercadológica gera reflexões sobre a indústria musical baiana, o carnaval e o racismo. A autora Marilda Santana, por exemplo, argumenta:

Neste segundo álbum solo da intérprete, que tem como música de abertura *O canto da cidade* (Daniela Mercury/ Tote Gira), evidencia que “A cor dessa cidade sou eu”, passando a ser chamada de *rainha da axé music*, contrapondo-se aos militantes de movimentos negros que não a “elegeram” como representante de identidades afro-baianas estetizadas no samba reggae, impulsionando assim o novo padrão musical baiano para o Centro-sul (SANTANA, 2009, p. 267).

O exemplo de Mercury, que, ainda segundo Santana (2009, p. 42), se apresenta enquanto uma “personagem chave no processo de mestiçagem da nova música afro-baiana”, juntamente com o mecanismo de hibridização<sup>27</sup> musical ao qual está inserida a *axé music* e consequentemente os Blocos de Trio acusados de práticas racistas, servem aos objetivos desse artigo na medida em que expõe os embates e as contradições raciais em diferentes campos da festa. Quer dizer, no campo fonográfico do carnaval baiano, habitavam disputas mercadológicas, bem como, no campo prático da ocupação da avenida, ocorriam problemas relacionados ao acesso de foliões negros aos espaços dedicados à classe média branco-mestiça. Tudo isso se entrelaça na mercantilização da festa, os Blocos de Trio dependem da produção musical e a produção musical se embasa na obra afro feita por uma parcela da população que não era bem-vinda nos espaços desses blocos da elite soteropolitana.

### Os resultados da CEI do racismo para os carnavais seguintes

---

<sup>27</sup> Esse caráter híbrido refere-se a mistura de ritmos que ficou conhecida por *axé music*.

Apresento alguns desdobramentos das discussões promovidas pela CEI do Racismo. O objetivo é elucidar o que se suscitou de novo no comportamento dos Blocos de Trio e das repartições públicas competentes, como o Ministério Público da Bahia, a prefeitura local e demais esferas, bem com, as entidades de militância antirracista baianas.

O Carnaval de Salvador no ano de 2000 foi marcado pelas celebrações da virada do milênio. Muitas expectativas foram criadas e disseminadas. Sobre esses sentimentos, Ivanilton Silva, que é jurista, discorreu em matéria para o jornal *Tribuna da Bahia* em janeiro de 2000:

A festa vem aí e com ela espera-se que venha também o sentimento vitorioso de igualdade e fraternidade. Juntos, sem qualquer distinção, aproveitamos as alegrias da ocasião.

Espera-se que ao cabo da festa não tenhamos necessidade de instalação de Comissão Especial de Inquérito, nem de inquéritos policiais ou outros procedimentos para apuração de práticas racistas, próprias dos ignorantes e incompatíveis com o nível de desenvolvimento de nossa gente (SILVA, 2000).<sup>28</sup>

Silva reflete o desejo corrente de que a festa que se aproxima seja de igualdade, sem que haja a necessidade de novos processos para investigação de práticas racistas. Já se observa aqui uma expectativa que girava em torno da necessidade de mudança de conduta pelos Blocos de Trio acusados de racismo no ano anterior. No mês de janeiro também ocorreu o seminário “Carnaval e Racismo na Bahia”, o evento foi promovido pela CONEN - Coordenação Nacional de Entidades Negras e foi sediado na OAB/BA. O objetivo foi discorrer acerca do racismo no carnaval, mas, não ficou restrito aos casos de 1999 e a condução da CEI do Racismo pela Câmara Municipal. O temário seguiu a seguinte ordem:

Os blocos afros e afoxés no carnaval da Bahia; exploração de trabalhadores no Carnaval, violência policial contra a comunidade negra no carnaval; depoimento de algumas vítimas de discriminação no carnaval de 1999; formas de combate à discriminação racial no carnaval e finalmente a plenária final com a apresentação de propostas. (RACISMO, 2000).<sup>29</sup>

Percebe-se entre os temas discutidos no Seminário da CONEN uma multiplicidade de questões abordadas, tratando da questão do racismo na festa de forma mais ampla, pontuando a

---

<sup>28</sup> SILVA, Ivanilton Santos. Expectativa. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 21 de jan. de 2000.

<sup>29</sup> RACISMO é tema de Seminário. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 28 de jan. de 2000.

violência policial e a exploração de trabalhadores, campos que contemplam práticas racistas e que não foram o foco da CEI do Racismo. No tocante à questão da exploração aos trabalhadores da festa, a CONEN, juntamente com representantes de 22 Blocos, encaminhou um pedido que foi aceito pela DRT - Delegacia Regional do Trabalho para que fosse promovida uma discussão acerca das condições de trabalho dos cordeiros, seguranças e motoristas de trio. Havia uma preocupação das instituições com uma possível repetição dos fatos ocorridos no ano anterior, quando muitos desses profissionais não foram devidamente pagos.<sup>30</sup>

A CONEN teve ainda o mérito da criação do “Disque Racismo”, dispositivo criado para receber denúncias de discriminação racial no Carnaval. Outras instituições estiveram mais atentas e mobilizadas no sentido de combater práticas racistas no Carnaval, como foi o caso da ONG Zumbi dos Palmares, que também disponibilizou o seu telefone para denúncias de racismo, do Ministério Público, da OAB e da Cidadania Contra o Racismo que trabalharam juntos na fiscalização dos Blocos de Trio garantindo que estes cumprissem o que determinava o termo de ajuste de conduta. O citado termo foi um dos desdobramentos da CEI do Racismo e foi assinado por 40 Blocos após a conclusão da mesma. O documento servia como garantia de que os Blocos deveriam entregar aos “associados um protocolo de reserva de vaga com o número da ordem de chegada e procurar investigar porque foram recusados pelo bloco” (ENTIDADES, 2000). O intuito era inibir a prática racista dos blocos e incentivar a denúncia por parte dos foliões negros, bem como uma maior participação deles nesses espaços.<sup>31</sup>

Em depoimento ao tabloide *Tribuna da Bahia*, em fevereiro de 2000, Jorge Eumawilyê, ativista do Movimento Negro Baiano que fundou o Malê Debalê e naquela temporalidade se encontrava no cargo de secretário geral do Conselho dos Festejos Populares de Itapuã, afirmou que a instalação da CEI do Racismo não representou uma inauguração ou esgotamento das discussões sobre o racismo. Apesar dessa constatação, Eumawilyê acreditava que o importante era a Comissão da Câmara ter surtido outros efeitos, percebidos por ele numa mudança de postura dos Blocos de Trio que começavam a promover, por exemplo, comerciais com cidadãos negros, engajando assim a maior participação dos mesmos.<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> DRT quer evitar discriminação. **A Tarde**. Salvador, 23 de fev. de 2000.

<sup>31</sup> ENTIDADES não consideram racista a proibição do Ilê. **A Tarde**. Salvador, 24 de fev. de 2000.

<sup>32</sup> SOBRE as discussões promovidas pela CEI. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 04 de fev. de 2000.

O presidente da CEI, Juca Ferreira, em entrevista ao *Tribuna da Bahia*, no mês de fevereiro de 2000, quando perguntado se a “CPI teria virado pizza”, respondeu em tom de satisfação:

Bem que os representantes dos blocos de trio tentaram fazer pizza. Do ponto de vista formal, estritamente legislativo, a CPI foi prejudicada, teve seu relatório final mutilado e “amaciado”, no sentido de barrar grandes mudanças. Mas é inegável que a denúncia do racismo feita pela CPI e a mobilização da sociedade ajudou a mudar o Carnaval. A CPI foi assunto até do New York Times. O racismo de alguns blocos de trio não pode mais ser varrido para debaixo do tapete. A sociedade exigiu uma resposta e ela está vindo. Nada será como antes, pois a maioria do povo de Salvador deixou claro que não concorda com discriminação (FERREIRA, 2000).<sup>33</sup>

Ferreira deixa posto que a CEI do Racismo não alcançou todos os objetivos que eram aguardados e, além disso, acusou de “morosidade favorável à impunidade” (FERREIRA, 2000) a lentidão com que as resoluções da CEI estavam sendo postas em prática pelo Legislativo, mas, que estava observando mudanças a partir dela, novas posturas e engajamentos de diferentes setores. Outra mudança importante apontada por ele e creditada às discussões promovidas pela Comissão, a qual presidiu, foi a inclusão de “entidades afro” no horário nobre do desfile carnavalesco, antes disso esse turno era reservado aos blocos de trio.

### Considerações finais

A CEI-Comissão Especial de Inquérito do Racismo, apesar de ter passado por uma espécie de esvaziamento no seu caminhar pela Câmara; (vide as acusações de golpe no processo de relatoria e aprovação do relatório final da Comissão), confirmou oficialmente a existência da prática racista no Carnaval de Salvador. As entrevistas, os depoimentos e os textos não deixam dúvidas quanto à atuação discriminatória por parte do Blocos de Trio. A inexistência de surpresa na sociedade civil sobre esse fato, no desenrolar das primeiras denúncias, já apontava para qual era a existência do povo preto no Carnaval de Salvador. Práticas discriminatórias eram amplamente conhecidas pelos foliões. As vítimas denunciadas agiram incentivadas pela chegada do tema na grande mídia, quando a Rede Globo veiculou a prática, em nível nacional, o que foi compreendido como momento importante para a ampliação e o desenvolvimento do caso.

---

<sup>33</sup> ENTREVISTA Juca Ferreira. *Tribuna da Bahia*. Salvador, 11 de fev. de 2000.

A própria história do Carnaval de Salvador diz muito sobre a sustentação dos racismos na festa. Perceber os contextos de surgimento dos Blocos Afro e de Trio se fez importante para dimensionar a proporção dos racismos que se manifestam de forma a embasar o festejo. A própria forma como se deu o fortalecimento do mercado fonográfico local elucida como as práticas racistas dos Blocos de Trio eram contraditórias, por um lado tais entidades enriqueciam a partir da capitalização da estética e das sonoridades afro (processo também presente na *axé music*, que se traduzia enquanto o produto máximo do Carnaval de Salvador), por outro, discriminavam foliões negros impedindo sua participação quando eles tentavam acessar esses certos espaços.

O Carnaval de Salvador, a partir do ano 2000, já não foi mais o mesmo. A CEI do Racismo provocou mudanças de hábitos rumo a uma gestão mais saudável e igualitária da festa. A mudança mais significativa trazida pela Comissão está contida nas discussões e reflexões que ela proporcionou, em trazer para o debate político e público sobre o racismo. O principal resultado da CEI não está no relatório oficial e aprovado, nem na criminalização dos blocos responsáveis, e sim no que houve em paralelo e subsequentemente a isso, no diálogo com os blocos afro, com a Universidade Federal da Bahia, com a OAB, com líderes religioso, políticos e com as pessoas que foram atravessadas por demandas antirracistas. Contudo, se ainda sinto o racismo presente nas festividades, na primeira metade do século XXI, é porque algo também se manteve. Como apontou o fundador do Malê Debalê, a CEI não inaugurou e nem encerrou os debates sobre os racismos da festa, ela serviu sim no escancaramento de uma prática discriminatória. Ainda há muito pelo que se lutar. O Carnaval, sobretudo o de Salvador, não é e nunca foi tão somente um espaço de inversões de valores, como afirmou a tese de DaMatta. Sempre houve espaço para a reprodução das hierarquias sociais e raciais no campo da festa. “Igualitária”, como pontuou o autor, ainda não é uma característica que pode ser atribuída aos carnavais do Brasil, eles seguem sendo desiguais.

Em 2014, quinze anos depois da CEI do racismo, o carnaval de Salvador seguia com a necessidade de medidas de combate à discriminação racial. No carnaval do referido ano, foi veiculada uma campanha publicitária promovida pela Sepromi<sup>34</sup> que dizia: “No Carnaval da Diversidade não há espaço para o racismo. Denuncie. Racismo é Crime!”, a peça pretendia estimular vítimas a denunciarem práticas racistas ao Centro de Referência de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa Nelson

---

<sup>34</sup> A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi) é gerida pelo governo estadual baiano.



Mandela.<sup>35</sup> Em 2016, a Sepromi também promoveu uma campanha com foco na denúncia de crimes raciais, com uma mensagem que dizia “Ao menor sinal de racismo, Denuncie!”.<sup>36</sup> Ano após ano, as políticas de enfrentamento ao racismo no carnaval ainda se fazem necessárias, mostrando que na festa carnavalesca não se inverte, e sim, se reproduzem as desigualdades da sociedade.

### Referências

- COUTO, Edilece Souza. Festas afro-católicas em Salvador, Bahia, Brasil. **Revista del CESLA**, Varsóvia, v. 18, p. 117-142. 2015.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 352 p.
- DJOKIC, Aline. Colorismo: o que é, como funciona. **Geledés**, 26 fev. 2015. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/?gclid=Cj0KCQjwxveXBhDDARIsAI0Q0x0T36O1em8ByshaUP-kf8G0pQzsbhDoWEVwonhwJQzLkQ0OuaUFLzcaAitiEALw\\_wcB](https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/?gclid=Cj0KCQjwxveXBhDDARIsAI0Q0x0T36O1em8ByshaUP-kf8G0pQzsbhDoWEVwonhwJQzLkQ0OuaUFLzcaAitiEALw_wcB). Acesso em: 18 ago. 2022.
- GUERREIRO, Goli. **A trama dos tambores: a música afro-pop de Salvador**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000. 230 p.
- MENEZES, Margareth. A diferença entre Axé e AfroPop. **Revista Raça**, São Paulo, 15 out. 2016. Disponível em: <https://revistaraca.com.br/a-diferenca-entre-axe-e-afropop/>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- MIGUEZ, Paulo. A cor da festa – cooptação e resistência: espaços de construção da cidadania negra no carnaval baiano. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 161-170, 1999.
- MOURA, Milton. **Carnaval e Baianidade: arestas e curvas na coreografia de identidades do Carnaval de Salvador**. 2001. 364 p. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.
- MOURA, Milton. O Carnaval como engenho de representação consensual da sociedade baiana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24/25, p. 171/192, jan/dez. 1996.
- SANTANNA, Marilda. **As donas do canto: o sucesso das estrelas-intérpretes no carnaval de Salvador**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2009. 488 p.

---

<sup>35</sup> CENTRO de Referência Nelson Mandela funcionará no carnaval de Salvador. **Correio Nagô**, Salvador, 2014. Disponível em: <https://correionago.com.br/centro-de-referencia-nelson-mandela-funcionara-no-carnaval-de-salvador/>. Acesso em: 23 ago, 2022.

<sup>36</sup> CARNAVAL de Salvador terá ação de enfrentamento ao racismo. **Por Dentro da África**. Salvador, 3 set, 2016. Disponível em: <https://www.pordentrodafiafrica.com/cultura/carnaval-de-salvador-tera-acao-de-enfrentamento-ao-racismo>. Acesso em: 23 ago, 2022.